

Intervenção proferida

na Sessão Legislativa de Novembro de 2002

(Plano e Orçamento para 2003 e reprogramação do PMP 2001/2004)

Deputado Joaquim Machado

OS CORTES VÊM DO PASSADO

Proponho que regressemos por instantes ao mês de Março, dia 11 de Março. Carlos César, num comício em Vila Franca do Campo esclarecia tudo e todos: “A reunião que tenho no dia 23 [de Março] não é para cancelar investimentos, é para fazer mais investimentos do que tencionava fazer e que não pude fazer em 2001”. Na Terceira, uma fonte autorizada do Governo Regional garantia: “Essa reunião está agendada (...) para reafectar fundos e distribuir melhor os investimentos, reforçando mesmo algumas áreas, como será, certamente, o caso da educação”.

Dia 11 de Março. Puro golpe de estado. Duro golpe na educação.

Contrariamente ao que os socialistas querem fazer crer, os cortes na educação não são de agora. Em 2001 o Governo Regional deixou por executar 25% do investimentos que tinha previsto – quase sete milhões de euros – e no corrente ano cortou 9%, mais 2,3 milhões de euros.

Onde param os 10 milhões de euros? Nada adiantam as juras do senhor Presidente do Governo de que os Planos que o PS aprova “são para valer”.

Não há desculpa para tanta culpa. Nas construções escolares falham as prioridades, falha o calendário de execução e a gestão financeira resvala para níveis inadmissíveis. Estas, sim, são as razões verdadeiras das alterações que o Governo traz à Assembleia.

“É absolutamente necessário que o Governo só faça e só se comprometa a fazer aquilo que tem possibilidade de pagar”, dizia há poucos dias o senhor Presidente do Governo Regional.

Ainda bem que descobriu esse valor da política. É bom que o propósito seja mesmo para valer, porque até agora não se vislumbrou qualquer verdade orçamental.

Para que não fiquem dúvidas, citemos dois casos, entre vários possíveis: as obras de construção da EB/JI da Carreirinha vão ser concluídas pelo terceiro ano consecutivo; o projecto de execução da reparação da EB2,3 Roberto Ivens já leva quatro anos de elaboração. Como se comprova, rigor é coisa que não se vê.

Repetidamente temos afirmado que a programação das construções escolares falha cada ano que passa, com inevitáveis repercussões orçamentais e elevado prejuízo para a qualidade do ensino.

Nos próximos dois anos o Governo consigna seis vezes e meia a verba que destinara nesse período para a EB2,3 dos Ginetes. Na EB2,3/S Bento Rodrigues vai gastar mais 150% do que havia planeado, no Nordeste mais 80% e em Santa Cruz da Graciosa mais 70%. Convenhamos, o erro é grosseiro.

O senhor Presidente do Governo Regional já reconheceu o seu engano quanto aos custos da reconstrução. Com humildade tem de confessar que se enganou com os números da educação.

Manda também a verdade dizer que as obras são adiadas por culpa exclusiva deste Governo socialista. O rol é grande, mas vale a pena lembrar alguns casos.

Desde 1999 que o Governo se compromete a iniciar a EB+EA de S. Carlos e para o efeito já inscreveu mais de quatro milhões de euros. Nem a primeira pedra lhe assentou. Nesse mesmo ano de 99, prometeu igualmente o começo das obras da EB+EA da Levada e da ESG/B da Horta, destinando-lhes dois milhões e meio de euros. O resultado é o que se vê, ou melhor, o que não se vê.

Onde param tantos milhões? É preciso decisão e não apenas discurso.

Não basta arrolar acções e preencher dotações. É preciso demonstrar capacidade para as realizações.

Quem são os culpados do adiamento destas obras, prometidas anos a fio? A culpa não morre solteira e tem um rosto: o Governo Regional socialista.

A educação não está em boa mão e para este Governo não é um factor estratégico na valorização dos recursos humanos dos Açores. Inexplicavelmente, este sector define-se na reprogramação financeira que o Governo traz ao Parlamento, perdendo peso relativo no conjunto do investimento previsto até final da legislatura – de 10,5% para 9,3% em 2003 e de 11,3% para 7,5% no ano seguinte. Ainda assim, com os recursos

financeiros postos à disposição da Região, era possível fazer mais se se apostasse decididamente em programas com elevada comparticipação de fundos comunitários, como é o caso das construções escolares (60,3%). Com apenas 300 mil dos cinco milhões e 170 mil euros da dotação da Ciência e Tecnologia, por exemplo, era possível inscrever uma verba idêntica à que o Plano deste ano previa para iniciar as obras da Escola de S. Carlos. E bastava a insignificante transferência de 0,4% da dotação daquele programa para se dispor dos meios necessários ao arranque do processo da EB1,2,3/JI da Ponta Garça.

Há, portanto, uma nítida inversão dos objectivos políticos para o sector. A educação deixou de ser uma prioridade ou o Governo reconhece que não é capaz de fazer mais obra? Provavelmente uma coisa e outra!

Em Maio do ano passado dizíamos que muitos das acções programadas por este Governo, no domínio das construções escolares, seriam adiadas para o fim da década que então se iniciava. Infelizmente, para milhares e milhares de crianças açorianas não nos enganámos. Vinte uma das 49 acções programadas foram eliminadas pelo Governo e ainda não chegamos a meio da legislatura, a saber: EB2,3+EA da Levada (Ponta Delgada), as EBJI da Ribeira Grande, Serra de Santiago, Porto Martins, Fenais da Luz e Pico da Pedra, as EB2,3/S Pe. Manuel da Cunha (Calheta de S.Jorge) e das Velas, as ESG/B Antero de Quental, Domingos Rebelo e Lajes do Pico, as EB2,3 de Vila Franca do Campo, Horta, Capelas, Ramo Grande e S. Sebastião (ambas na Terceira) e Livramento (S. Miguel), as EB1,2,3 de Ponta Garça e Água de Pau, e as ES da Horta e de Vila Franca do Campo.



O PS traiu as suas promessas, é refém da sua incompetência, dos seus atrasos, dos seus adiamentos e incumprimentos.

Este é um Plano inclinado. O seu valor cai à medida que o tempo passa, à imagem do PS que entrou em fim de ciclo.